

PARA ALÉM DO TRAUMA DA TRAIÇÃO: RECONSIDERANDO A INFIDELIDADE NA TERAPIA DE CASAIS*

BEYOND THE TRAUMA OF BETRAYAL: RECONSIDERING AFFAIRS IN COUPLES THERAPY

MICHELE SCHEINKMAN

Psicóloga, terapeuta de famílias e casais. Brasileira radicada nos Estados Unidos há mais de 25 anos. Professora de terapia de família e casais do Instituto Ackerman em Nova Iorque.

RESUMO

Neste artigo a autora faz uma revisão da literatura de terapia de casais sobre o tema da infidelidade no casamento. Aproveita suas lentes biculturais, como brasileira vivendo nos EUA há mais de 25 anos, para examinar as formas com que os imperativos morais da cultura puritana dominante podem estar penetrando no trabalho clínico. Apresenta também as contribuições de Laura Kipnis e Stephen Mitchell, dois autores que não são terapeutas de família, buscando encorajar os que são a questionar suas suposições, considerando as forças emocionais que levam indivíduos a terem casos e as nuances de situações específicas, dando a indivíduos envolvidos em casos extraconjugais escolha e autodeterminação nas questões relativas à manutenção de segredos e de contar ou não a verdade.

PALAVRAS-CHAVE: terapia de casal, infidelidade, trauma de traição, monogamia.

ABSTRACT

In this paper the author makes a revision of the couple's therapy literature especially on the theme of infidelity in marriage. She uses her bi-cultural lenses as a Brazilian living in United States for more than 25 years to examine the ways in that the moral imperatives of the dominant American puritan culture can penetrate in clinical work. She also presents the contributions of Laura Kipnis and Stephen Mitchell, two authors that are not family therapists, trying to encourage the ones who are therapists to questions their suppositions, considering the emotional strengths that take them to have affairs and the nuances of specific situations, giving to individuals that are involved in extra-marital affairs choice and self determination in the questions related to the maintenance of secrets and telling or not the truth.

KEYWORDS: Couples therapy, infidelity, betrayal trauma, monogamy.

* Artigo publicado originalmente em *Family Process*, 44:227-244, 2005. Tradução de Clarissa Peixoto, com revisão da própria autora para publicação na *Nova perspectiva Sistêmica*, 30, abril 2008, pp. 44-66, no prelo.

INTRODUÇÃO

Quando me apresentaram essa oportunidade de escrever um ensaio sobre infidelidade, fiquei muito satisfeita — apesar de cautelosa — por ter um espaço para discutir idéias que vêm rondando minha mente há mais de 25 anos. Tendo nascido e crescido na América Latina, muitas vezes senti uma grande dissonância cultural com meus colegas dos Estados Unidos em relação a este assunto. Desde os anos 1970, quando comecei a exercer, e depois a ensinar terapia de família em Chicago, me preocupo com a forma como casos de infidelidade são tipicamente abordados no nosso campo, tanto em termos conceituais quanto clinicamente. Ultimamente, à medida que uma nova onda de fundamentalismo vem se entranhando na cultura americana, senti ser ainda mais necessário refletir sobre nossas premissas. Eu tenho em mente a caça às bruxas que levou ao processo de *impeachment* do Presidente Clinton e também a última eleição presidencial americana, que foi vencida com base em uma plataforma de valores familiares “absolutos”. Neste clima, eu aprecio a oportunidade de usar minhas lentes biculturais para examinar as formas com que os imperativos morais da cultura puritana dominante podem estar penetrando nosso trabalho clínico. Além disso, eu aproveito essa chance para trazer Laura Kipnis e Stephen Mitchell para nossa discussão. Estes dois autores, por já pensarem para além do nosso enquadre, nos encorajam a questionar nossas suposições e a reajustar o foco da nossa conversa profissional sobre casos extraconjugais, a partir do ângulo quase exclusivo de seu impacto em um cenário mais amplo, no qual o ponto de partida são as forças emocionais que levam indivíduos a terem casos, em primeiro lugar. Kipnis e Mitchell, que não são terapeutas de família, desconstroem idéias prevalecentes sobre a instituição casamento e, assim, lançam luz sobre a primazia do *desejo* e do *amor romântico* em nossas vidas. Por reconhecerem as contradições inerentes às nossas experiências amorosas, eles nos encorajam a explorar as dimensões irracionais do amor, nos convidando a aceitar mais complexidade e mais ambigüidade. Meus objetivos principais neste artigo são usar as idéias de Kipnis e Mitchell para nos estimular a reformular nossas suposições e para que possamos trabalhar com casos de infidelidade dentro de uma perspectiva multicultural e mais ampla. As premissas a serem discutidas nos dão flexibilidade para abordar diferentes valores e significados, levar em consideração nuances de situações específicas e dar a indivíduos envolvidos em casos extraconjugais escolha e autodeterminação nas questões relativas à manutenção de segredos e de contar ou não a verdade.

OS PRINCIPAIS LIVROS PROFISSIONAIS

Muito do que terapeutas de família têm escrito sobre a infidelidade tem como foco o seu impacto e o trauma da traição. O que antes, para Madame Bovary, foi uma procura pelo amor romântico está hoje, na literatura profissional, encerrado em um enquadre sobre a *traição* que se trata menos de amor e de desejo e mais de sintomas necessitados de uma cura. Isso não é para dizer que o trabalho com os efeitos traumáticos da infidelidade não seja importante; é de fato muito útil e uma parte essencial do que os terapeutas precisam levar em consideração. No entanto, o problema de organizarmos nosso entendimento sobre infidelidade principalmente dentro desse enfoque do “trauma da traição” é que, ao procedermos assim, nós desviamos nossa pesquisa e deixamos de fora questões essenciais relacionadas à dialética entre as nossas construções sociais sobre o casamento e infidelidade^{1, 2, 3} e o valor relativo dado à monogamia por diferentes indivíduos e grupos.

Ao acolhermos este enquadre predominante sobre trauma⁴, também deixamos de fora nossos dilemas humanos relacionados com dificuldades em conciliar a afeição e o desejo em relação à mesma pessoa⁵. Além disso, quando consideramos que o amor e as imprevisibilidades do desejo são alimentados por um número infinito de forças emocionais, torna-se tarefa nossa compreender o significado desses sentimentos ocultos, em vez de imputar idéias morais na experiência amorosa. Ao nos concentrarmos demais no impacto da infidelidade, nos afastamos deste entendimento mais completo sobre os motivos, as forças contextuais e as idéias culturais que, antes de tudo, podem levar os indivíduos a terem um caso. Ademais, ao permanecermos rigidamente presos aos valores americanos de *transparência e contar a verdade* — mantendo-os centrais tanto na nossa conceituação sobre a intimidade e na forma como conduzimos a terapia de casais —, restringimos os parâmetros de nosso trabalho clínico e, em algumas situações, promovemos o próprio trauma que estamos tentando curar.

Essa perspectiva baseada no trauma da traição desenvolveu-se ao longo dos últimos 15 anos, quando vários terapeutas sistêmicos escreveram livros terapêuticos e de auto-ajuda, comercializados para casais heterossexuais em relações monogâmicas. Como expresso nos títulos, o foco principal dessas publicações é ajudar casais a lidarem com o impacto traumático de casos extraconjugais e a reconstruírem seus casamentos. Apesar de aspectos dessa literatura se aplicarem a casais gay, ela não se aplica a indivíduos da comunidade gay que escolhem relacionamentos não-monogâmicos. David Greenan e Gil Tunnell⁶ destacam que, na comunidade gay, não é incomum casais escolherem relacionamentos não-monogâmicos com o compromisso de a relação primária ser baseada principalmente em fidelidade emocional, afeição e confiança, em vez de fidelidade sexual. A literatura da terapia de família sobre casos extraconjugais pressupõe a norma cultural de parcerias monogâmicas e duradouras como um ideal, e aquilo que é considerado saudável. Ela não leva em consideração indivíduos, culturas e subculturas que consideram a monogamia um valor relativo.

Nos últimos 15 anos, houve uma evolução na literatura sobre infidelidade, de uma perspectiva linear e moralista de vilão e vítima⁷, para uma compreensão mais equilibrada e tolerante dos dois parceiros em seus dilemas interligados, mas também diferentes^{8, 9, 10, 11}. Enquanto o trabalho pioneiro de Pittman⁷ sobre o assunto se baseia em uma posição moral explícita contra a infidelidade, a maioria dos outros autores se concentra no impacto de tais casos, integrando idéias selecionadas da área de estudos do trauma. O recente trabalho de Shirley Glass¹² é uma aplicação direta dessa perspectiva do trauma da traição, combinada com uma posição moral semelhante à de Pittman. Um estudo empírico recente de Gordon, Baucom e Snyder¹³ também conceitua o trabalho com casos extraconjugais dentro desses mesmos termos.

Além da incorporação da teoria do trauma, a maior parte dos terapeutas de família que escrevem sobre infidelidade nos Estados Unidos presume que a infidelidade é sempre sintoma de problemas no casamento. Esses autores tendem a tomar o valor da instituição casamento e da monogamia como algo dado e consideram casos extraconjugais como um problema em uma organização doméstica que é supostamente perfeita em termos ideológicos e estruturais. A única exceção as essas idéias é o trabalho de Reibstein e Richards³ na Inglaterra. Eles partem de premissas diferentes e apontam para questões que não são abordadas na literatura americana. Eles começam com a suposição de que a monogamia é um dilema humano e, a partir daí, exploram as maneiras como a decisão de se

ter um caso e o significado desse caso podem ser relacionados com as construções socioculturais implícitas ou explícitas que um indivíduo faz sobre o casamento.

Os trabalhos de Pittman⁷, Brown^{9,10}, Lusterman¹¹ e Abrams Spring⁸ representam as idéias predominantes sobre infidelidade no campo da terapia de família nos Estados Unidos. Em seu livro *Mentiras privadas: a infidelidade e a traição da intimidade*, Pittman vê o casamento contemporâneo e a monogamia como sacrossantos, e vê os casos extraconjugais como uma violação desse ideal. Pittman tenta mostrar que a fidelidade é uma questão de valores morais e que ter casos é sempre errado e destrutivo. Ele é explícito em sua opinião de que, quando existe um caso, há um vilão e uma vítima; casos estão sempre relacionados a “perda da confiança”, uma “traição de um relacionamento” e uma “quebra de um acordo” (p. 20). Casos extraconjugais não são apenas imorais; eles representam um “comportamento anormal” e sempre são um sinal de que a pessoa que está tendo o caso tem um “problema” (p. 51). O autor não dá margem para contradições humanas e não acredita que o cônjuge traído deva assumir nenhuma responsabilidade. Na visão de mundo de Pittman, a sinceridade é o valor mais absoluto e central, sem levar em conta nenhuma outra consideração (por exemplo, o contexto cultural do casal, outros valores concorrentes ou as nuances da situação específica deles). Ele também mantém uma visão monolítica sobre a intimidade enquanto transparência. Tenha o caso ocorrido no presente ou no passado, dizer a verdade é a única forma de o casal alcançar a “verdadeira” intimidade na relação e se recuperar depois de um caso. Pittman menciona superficialmente outras crenças culturais, mas, em última análise, afirma que só há um caminho certo a seguir: a moral, segundo concebida pela classe média americana. Nenhum outro valor tem igual legitimidade.

Em seus livros *Patterns of infidelity and their treatment*^{9†} e *Affairs: um guia para sobreviver às repercussões da infidelidade*¹⁰, Emily Brown se afasta de uma perspectiva moral explícita. Ela apresenta uma abordagem *diagnóstica* e propõe diferentes categorias de casos extraconjugais — fuga da intimidade, fuga do conflito, vício sexual, um “eu” fragmentado e casos que representam o desejo de “saída da relação” cada um refletindo uma mensagem diferente sobre o que está errado no casamento. De acordo com Brown, casos extraconjugais pouco têm a ver com sexo; eles têm a ver principalmente com medos, decepções, raiva e vazios. Também têm a ver com amor e aceitação. A autora mostra empatia aos sofrimentos de ambos os parceiros. Entretanto, assim como Pittman, ela considera que a transparência sobre os casos é algo inquestionavelmente necessário para a restauração da intimidade na relação, e que dizer a verdade é um passo essencial no processo terapêutico. Ela é cautelosa em relação a *contar*, mas dá o seguinte conselho para os leitores¹⁰: “Apenas com sinceridade se consegue reconstruir um casamento em um solo mais sólido. Não se pode criar uma intimidade baseada na traição e na mentira — a intimidade requer que todas as cartas estejam na mesa” (p. 34).

Brown também dá instruções específicas sobre o papel do terapeuta de casais. Ela acredita que, uma vez que o segredo sobre um caso extraconjugal é revelado ao terapeuta numa sessão individual, nada mais pode ser feito terapeuticamente até que o caso seja discutido abertamente. Se o indivíduo que tem o caso não quiser revelá-lo ao parceiro, o terapeuta do casal deve interromper a terapia e ambos os parceiros devem ser indicados para tratamento individual. Não apenas o caso deve ser revelado, mas ele também tem que ser terminado. A relutância em revelar ou acabar um caso é motivo para se interromper a

† N. do T.: Todos os livros citados com seu título em inglês ainda não foram editados no Brasil.

terapia de casais. Esta política dogmática de segredo-zero, consequência da valorização absoluta da sinceridade, é a forma como a maioria dos terapeutas é treinada para trabalhar com casais nos Estados Unidos. Interessantemente, terapeutas que atuam em outras culturas (por exemplo, na França, na Holanda, no Brasil e em outros países da América Latina) têm um entendimento mais nuançado da sinceridade e, portanto, são mais flexíveis com a forma como lidam com segredos, porque o valor dado à sinceridade é visto em termos relativos. Como discutirei adiante, quando o terapeuta respeita o fato de que a revelação de um caso é uma questão de autodeterminação, ele deve reconsiderar sua política de confidencialidade e a estrutura da terapia de casais, adotando uma combinação flexível de sessões individuais e conjuntas.

Janis Abrams Spring⁸ e Don-David Lusterman¹¹ concentram seus livros nas consequências da descoberta ou da revelação da infidelidade. Ambos se esforçam para apresentar uma visão equilibrada do sofrimento de cada um dos parceiros. Eles também desviam a conversa do modelo vilão-e-vítima e da visão de que casos extraconjugais são sempre sintomáticos de problemas mais profundos no casamento. Mas, apesar de Abrams Spring não usar a linguagem da teoria do trauma, mesmo assim, explica detalhadamente os efeitos e sintomas traumáticos que tipicamente se seguem à revelação de um caso. A autora descreve as mudanças fisiológicas, psicológicas, espirituais e relacionais que ocorrem no parceiro traído, mas é justa e também demonstra empatia pelo sofrimento do parceiro infiel: sua dor, culpa, paralisia e escolhas difíceis.

Visto que Abrams Spring se concentra nas consequências dos casos extraconjugais que foram revelados ou descobertos, sua definição do que consiste um caso fica intrinsecamente ligada às consequências para o parceiro. Apesar de suas claras tentativas de não fazer julgamentos, em sua visão, um caso continua essencialmente definido como uma violação da confiança. Isso levanta questões sobre ênfases e narrativa. Embora todos talvez concordemos que casos extraconjugais envolvam traição e mentira, vale à pena considerar que casos não *se esgotam* necessariamente em traição, mentira e o consequente dano. À medida que ouço histórias de vida envolvendo casos extraconjugais, me parece claro que as emoções e significados que levam alguém a ter um caso estão relacionadas, principalmente, ao desejo¹⁴. O desejo pode ser por um determinado tipo de ligação emocional, por afirmação, por autodescoberta, por novidade ou por liberdade; também pode envolver uma vontade de recuperar partes perdidas do eu ou uma tentativa de trazer de volta a vitalidade em face da perda ou da tragédia. Um caso pode também ser parte de um processo de individualização¹⁵ ou uma forma de neutralizar a decepção, o vazio ou uma experiência de limitação. Os casos também podem ser relacionados a fantasias ou ilusões, ou a sentimentos de raiva e vingança. Mentir e machucar o parceiro são, certamente, consequências sérias, e um alto preço que o indivíduo paga pela escolha de ter um caso, mas a mentira e a traição raramente são as motivações básicas.

Em um epílogo curto, mas muito interessante, Abrams Spring⁸ discute o que creio ser uma questão de vanguarda para os terapeutas de família que trabalham com infidelidade hoje em dia. Ao meditar sobre o valor dado à sinceridade, ela sabiamente reconhece que o que é bom para um casal pode ser ruim para outro. A autora considera que, para alguns casais, dizer a verdade pode não levar à cura ou ser produtivo: “Mesmo que você esteja comprometido com a reconstrução do relacionamento, não há uma forma clara de se proceder. Para alguns casais, a verdade pode ter consequências adversas e, até mesmo, destrutivas. Para outros, ela é essencial para se recuperar um relacionamento danificado [...], então, ao escolher a melhor estratégia, pode ser útil se perguntar: ‘Melhor para

quem?” (p. 257). Ela continua afirmando que, para se recuperar a intimidade, é necessário mais do que a confissão da infidelidade: “Muitos parceiros infiéis decidem continuar com o segredo enquanto abordam o que os está incomodando no relacionamento. É uma solução a se considerar; você pode certamente confrontar seu parceiro com sua infelicidade, sem revelar o caso e fazê-lo passar pela árdua e delicada tarefa de aprender a confiar em você e a perdoá-lo” (p. 258). Depois da publicação do livro, ouvi Abrams Spring propor uma “política de segredos abertos”, na qual o terapeuta fornece um modelo de confidencialidade em que ele tem a permissão do casal para manter segredos individuais. Tal política é semelhante à prática de Lusterman¹¹ de obter confidencialidade quando ele atende individualmente os parceiros. Essas políticas representam um grande passo em direção a uma nova forma de se trabalhar, em que o terapeuta pode continuar atendendo o casal mesmo que o caso não seja revelado.

Lusterman também vê a sinceridade e a transparência como ingredientes principais de um relacionamento íntimo. No entanto, por ser o mestre das exceções, ele reconhece as complexidades da questão. Assim como Abrams Spring, ele admite que existem situações em que é melhor não contar. Afirma que, às vezes, a sinceridade é contraprodutiva; às vezes, certas informações sobrecarregam um determinado casamento; às vezes, o parceiro é perigoso; e, às vezes, há um acordo velado para que o casal não fale sobre o caso, mas que se concentre em melhorar o casamento. Ao falar diretamente com casais, ele ressalta repetidamente “o quão importante é se concentrar no próprio casamento, longe da infidelidade” (p. 88). O autor afirma que manter o foco em terceiros vai impedir uma reflexão clara sobre o que é necessário para melhorar o casamento. Contudo, nem Abrams Spring nem Lusterman propõem recomendações explícitas de como o terapeuta deve proceder nessas situações que envolvem casos não revelados.

Assim como a maior parte dos especialistas em infidelidade, Lusterman¹¹ considera que, apesar de a infidelidade ter suas raízes em problemas no casamento, este não é exclusivamente o caso. Ele reconhece que as pessoas são infiéis por várias outras razões. Às vezes, a razão vem de um passado distante ou da família de origem; às vezes, ela está relacionada a crenças sobre o sexo oposto; e, às vezes, um caso está ligado ao sentimento de vulnerabilidade em um determinado momento do ciclo da vida, como o nascimento de um filho, a perda de um pai ou o desligamento dos filhos. Alguns casos extraconjugais se relacionam com diferentes formas de merecimentos, como o privilégio masculino: “Eu sou homem, portanto, tenho o direito”. Os casos também podem se originar de uma confusão em relação à orientação sexual de um dos parceiros, vício sexual e atos de retaliação. Lusterman também fala de casos-tripé: casos que ajudam a manter um casamento insatisfatório ou frágil. O autor reconhece que não há uma maneira em particular de se ser casado, e que as pessoas escolhem ou presumem diferentes tipos de organizações. Ele incorpora a teoria do trauma para compreender o impacto dos casos extraconjugais, mas é cauteloso ao considerar que há muitas reações possíveis a um caso: “Nem todos que descobrem a infidelidade conjugal são igualmente feridos, e nem toda pessoa cuja infidelidade é descoberta é igualmente afetada” (p. 13).

Como mencionei acima, uma exceção para esse enquadre do trauma da traição na literatura profissional é o trabalho de Reibstein e Richards. Em seu livro *Sexual arrangements: marriage and the temptation of infidelity*³, os autores tentam entender como casais conseguem resolver o conflito inerente a monogamia: a atividade sexual tende a diminuir com o tempo em relacionamentos longos e o sexo, muitas vezes, é mais excitante e tentador com parceiros novos. Ao observarem a interação das nossas noções

socioculturais sobre o casamento e com a infidelidade, eles consideram maneiras como nossos próprios ideais de casamento podem encorajá-la. Eles antecipam o trabalho de Mitchell² e Kipnis¹ quando explicam como hoje, com o ideal de casamento igualitário entre os cônjuges[‡], esperamos que nossos parceiros satisfaçam a maioria de nossas necessidades; eles devem ser os melhores amantes, os melhores pais, os melhores amigos, o par intelectual e a companhia emocional. Também queremos muita solidariedade e ficamos muito decepcionados quando ela não está presente. Com este ideal de “casamento é para tudo”, um caso extraconjugal será naturalmente visto como um sinal de algo errado no relacionamento principal (p. 142). Contudo, eles afirmam que, quando casais adotam o modelo de um “casamento aberto” — em que o sexo não é entendido como sagrado ou exclusivo —, o sexo fora do relacionamento pode ser visto como um intensificador da relação principal. Reibstein e Richards também identificam o que classificam como um modelo segmentado de casamento, que é comum em algumas culturas européias e latino-americanas. Nesta organização, os dois parceiros iniciam a relação com a expectativa de que o casamento vai satisfazer algumas necessidades, mas não outras. A autonomia é muito valorizada, o casamento e os casos extraconjugais são vistos como domínios separados, e os casos são entendidos como uma questão individual e privada.

Reibstein e Richards³ consideram o impacto dos casos extraconjugais em termos amplos. Eles não apenas avaliam o impacto de casos revelados, mas também de casos que continuam em segredo. Levam em consideração que o impacto de um caso varia de acordo com o fato de ele ser secreto, ter sido revelado ou ter sido descoberto involuntariamente. Os autores também acreditam que “o impacto de um caso pode ser positivo, neutro ou desastroso” (p. 136). Detalhando a possibilidade de um impacto positivo, individualmente ou para o casal, eles explicam: “Casos extraconjugais têm dado às pessoas uma maior auto-estima, mais confiança sexual, mais autoconhecimento em relação a si com o sexo oposto, uma sabedoria sobre relacionamentos e um maior senso de autonomia. Algumas pessoas sentem que cresceram enquanto seus casamentos sofreram. Outras, no entanto, dizem que seu crescimento se deu separadamente de seus casamentos e não teve impacto direto algum sobre eles” (p. 145). “Algumas vezes, o caso extraconjugal traz um contexto para reafirmar algo perdido em si mesmo” (p. 144). “Casos também podem produzir reconsideração do propósito do casamento: através de casos, pode se originar uma redefinição do casamento, e pode haver também uma reavaliação daquilo que é possível e desejável” (p. 147). Ao escrever sobre casos gay, Betsy Kassoff¹⁶ reforça este ponto, dizendo que “os casos podem terminar em desilusão ou em sabedoria e renovação. Certamente, muitas pessoas em relacionamentos longos puderam usar a experiência de um caso extraconjugal para lembrarem a si próprias tanto da fragilidade quanto do poder de renovação de seus laços” (p. 13). Reibstein e Richards trazem mais um ponto interessante sobre o impacto dos casos: em casos secretos, a pessoa sente uma necessidade de confiar em amigos e isto pode trazer efeitos positivos para a amizade. A cumplicidade envolvida tende a criar uma grande união.

PENSANDO FORA DO ENQUADRE

[‡] N. do T.: O original “companionate marriage” é mais amplamente definido como um casamento em que, geralmente, o casal evita ter filhos, concorda em se divorciar caso seja da vontade de uma das partes e há independência financeira e igualdade de direitos e deveres entre os parceiros.

Começando com premissas semelhantes às de Reibstein e Richards³, Laura Kipnis¹ e Stephen Mitchell² concentram seus livros nas complexidades da monogamia e do amor duradouro. Eles vêem tais complexidades como algo para além do bom e do mau, e de forma não relacionada às idéias do trauma da traição. Em vez disso, eles consideram como as nossas dificuldades com o amor e o desejo são uma parte de aspectos fundamentais da nossa condição humana. Os autores dissecam como relacionamentos de compromisso são construídos atualmente e como as nossas próprias construções de amor companheiro estão ligadas à perda do desejo em relacionamentos longos. Kipnis, professora de Estudos de Mídia marxista, analisa como a instituição do casamento está ligada ao contexto mais amplo da sociedade de consumo. Mitchell, um psicanalista astuto, considera em detalhes as sutilezas envolvidas em nossas experiências emocionais.

Laura Kipnis

Em *Contra o amor: uma polêmica*¹, Laura Kipnis assume uma posição extrema. A autora inverte nossas convicções culturais dominantes e crucifica o ideal americano predominante de casamento — o que historiadores da vida privada chamam de “casamento de companheirismo”[§]. Ela então considera a infidelidade como uma revolta saudável contra a uniformidade e o confinamento das organizações conjugais. Em sua desconstrução do “amor moderno”, Kipnis usa o humor, o sarcasmo e o exagero como seus métodos básicos de análise. À medida que questiona nossos significados aceitos de amor e casamento, ela expõe uma maneira monolítica de se pensar sobre as organizações sexuais na cultura americana. A autora também nos lembra que o desejo sexual é uma força poderosa que não pode ser contida tão facilmente.

Kipnis descreve o casamento de companheirismo como “associações voluntárias baseadas (em princípio, pelo menos) na intimidade, na reciprocidade e na igualdade; apaixonar-se como o pré-requisito para um compromisso vitalício, que implica em condições de domesticidade compartilhada [e] a expectativa da satisfação sexual mútua [...] e você fará sexo somente com esta pessoa para o resto de sua vida” (p. 25). Seu maior argumento é que a sociedade americana, refletida na cultura popular, nos sistemas legais e nas instituições religiosas, políticas e terapêuticas, tem privilegiado esta única forma de se ser um casal a tal ponto que ela foi santificada como um ideal pós-feminista. No entanto, a autora aponta que existe uma insatisfação que permeia o estado do casamento hoje em dia. Diante de dados de pesquisas que afirmam que metade de todos os casamentos americanos termina em divórcio, e da evidência de que a infidelidade continua a crescer, talvez devêssemos considerar que a própria instituição casamento não está cumprindo com suas promessas. Devemos ser capazes de ver que nosso modelo ideal de casamento ainda está em transição e que não existe algo como um “tamanho único”. Ao contrário, vivemos em uma sociedade em que somos pressionados, e pressionamos os outros, a amar de uma maneira uniforme e domesticada — “todas abelhas operárias ocupadas e protetoras obedientes” (p. 25).

[§] N. do T.: O original em inglês, “companionate coupledness”, traduzido literalmente quer dizer “casamento ou união de companheirismo”, expressão cunhada para definir as relações amorosas duradouras e monogâmicas, vistas por muitas culturas como o ideal de casamento.

Kipnis¹ vê a terapia de casais como algo que se tornou parte de um regimento social repressivo instaurado para manter o *status quo*. Sempre que o nosso modelo de relacionamentos dominante não é adequado a um indivíduo ou a um casal, em vez de os participantes questionarem a instituição em si e considerarem alternativas mais abrangentes, a sociedade americana moderna insiste em “forçar toda uma gama de cidadãos a se adaptar” (p. 27) à uniformidade desta estrutura única. O casal que não amar de acordo com a forma dominante recebe o diagnóstico da doença moderna, de medo de intimidade e, conseqüentemente, é mandado para a terapia, para trabalhar seus problemas. Na visão de Kipnis, a terapia de casais é uma indústria de serviços que deve sua “cara existência” (p. 31) à idéia de que nossa ambivalência inerente é curável contanto que os parceiros “a trabalhem”. A pressuposição subjacente entre os terapeutas é que a paixão é uma forma infantil de amor, e que a terapia tem o papel de nos ajudar a transformar tais sentimentos primitivos em “amor maduro” (p. 34).

Kipnis¹ afirma que esse tipo maduro de amor — o amor duradouro — é a forma de amor que melhor se ajusta à ideologia particular da sociedade de consumo americana. “Esta crença moderna de que o amor dura nos torna seres psicológicos particularmente desassossegados, eternamente em busca de receitas, intervenções, ajudas. *Não podemos permitir que a paixão morra!* [...] Pelo menos, isto tem um lado econômico bom: vários novos setores da economia vêm crescendo [...] desde o Viagra até a pornografia de casais: o último milagre do capitalismo para casamentos moribundos” (p. 66). “Mas há também as várias soluções de baixa tecnologia para os dilemas do desejo: pedir conselhos” (p. 67). “Conselhos sobre relacionamentos são um negócio em grande expansão atualmente: há a imprensa, a mídia e a indústria da terapia [...]. Confira a seção de auto-ajuda da livraria mais próxima; são paredes inteiras cheias de conselhos” (p. 68).

Kipnis¹ pergunta: o que no casamento de companheirismo acaba por causar sua própria morte? O que cria a necessidade de toda essa assistência técnica? A resposta da autora é que o maior problema que afeta os casais de hoje é a expectativa moderna de que os parceiros devem satisfazer todas as necessidades uns dos outros. “Então, aqui estamos, destinados a buscar uma completude ilusória claramente impossível de se atingir, pressionados por desejos insatisfazíveis, com nossos parceiros coitados designados como os bodes expiatórios convenientes para impossibilidades não exatamente criadas por eles (Obrigada, pai e mãe!)” (p. 77). Dessas expectativas irrealistas, surge uma inexplicável irritação e uma raiva em relação ao parceiro que não consegue agir de maneira suficientemente tranquilizadora por ser independente e egoísta demais, e por não levar nossos sentimentos em consideração. Ela afirma: “Que coisa irritante! Mas afasta a irritação e você encontra [...] ansiedade” (p. 78). Kipnis segue adiante dizendo que não há nada mais ansiogênico do que a independência e a liberdade de nosso parceiro, e que o contrato fundamental dos relacionamentos duradouros provêm diretamente desse nosso desejo de limitar essa ansiedade. Dentro das nossas formas modernas de amar, nossa autonomia e liberdade individuais se tornaram secundárias em relação à segurança e à paz de espírito de nossos parceiros — e, assim, a base da domesticidade moderna, desde os toques de recolher, restrições de viagens e movimento até proibições que têm como objetivo impedir que nossos parceiros se comportem de forma que cause irritação ou desprazer. Portanto, *a modificação do comportamento do parceiro* não é apenas o maior acordo do casamento de companheirismo [...] é “a principal chave que abre seu universo” (p. 81). É a estrutura profunda do casamento moderno. Em outras palavras, de acordo com Kipnis, o ponto de instabilidade do casamento de companheirismo é essa ansiedade que

experimentamos em relação à independência do parceiro e sua inabilidade de satisfazer todas as nossas necessidades — e todos os esforços subsequentes que fazemos para criar estabilidade e segurança. Ela recita uma ladainha de exemplos de como tentamos desesperadamente atingir essa segurança: “Você não pode sair de casa sem dizer aonde vai” (p. 84), “Eu já disse que detesto quando você...” ou “Você nunca se lembra de...” (p. 79). Estas interdições — “comandos e restrições altamente nuançados, impostos mutuamente e extremamente triviais, que se estendem a todas as minúcias dos assuntos domésticos, da vida social, das finanças, da fala, da higiene, as idiossincrasias permissíveis, e assim por diante” (p.82) — se tornam o tema principal dos acordos domésticos. Certamente, a domesticidade oferece inúmeras recompensas, como todos sabemos. Todavia, Kipnis pergunta: “Por que o amor moderno se desenvolveu a ponto de maximizar a submissão e minimizar a liberdade, com tão pouca discussão sobre isso?” (p. 94). A expectativa de satisfazermos todas as necessidades um do outro acaba tornando a vida doméstica uma camisa-de-força. É nesse contexto que a espontaneidade é perdida e o desejo vai embora.

Kipnis¹ argumenta que o amor moderno vem com a exigência social de que devemos trabalhar no amor. Mas toda essa pressão de se empenhar no amor resulta em um tipo de intimidade de alto custo, em que continuar no relacionamento acaba levando a uma conformidade forçada em vez de uma livre expressão de desejo. A autora diz: “Quando a monogamia se torna um trabalho, quando o desejo é organizado contratualmente com prestar de contas, e a fidelidade é conseguida como trabalho de funcionários, com o casamento se tornando uma fábrica doméstica controlada através de uma disciplina rígida [...], é realmente isso que chamamos de um ‘bom relacionamento’?” (p. 19). Um bom relacionamento pode demandar trabalho, diz ela, mas, eroticamente falando, “o trabalho não funciona [...] o que funciona é o lúdico ” (p.18). Nas palavras dela, a infidelidade “é a greve da ética do amor-que-dá-trabalho” (p. 31).

O elo mais fraco nesse modelo moderno do casal companheiro é o poder do desejo. O desejo, diz ela, é um defensor da liberdade e “não aceita um não como resposta” (p. 44). O desejo tende a quebrar barreiras, protestando contra as limitações e os confinamentos das vidas dos casais. O desejo também é o ponto de entrada no mundo da nossa ambivalência inerente sobre o amor: “Por um lado, o anseio pela intimidade, por outro, o desejo de autonomia; por um lado, o conforto e a segurança da rotina, por outro, sua previsibilidade mortal; por um lado, o prazer de ser conhecido (e de conhecer profundamente outra pessoa), por outro, os papéis rígidos que tal familiaridade implica — as peculiaridades das interações dos casais: a repetição de desentendimentos; o tédio e as inflexibilidades que não serão transcendidas nesta nem em nenhuma vida [...]. Frente a tudo isso, uma taxa de sucesso de 50 por cento parece estar certa (presumindo-se que sucesso significa longevidade)” (p. 35).

Kipnis¹ reconhece que a infidelidade tem seus próprios problemas e contradições. Ela traz o ciúme, a mentira, a mentira para si próprio e, finalmente, é uma experiência desestabilizadora em que a pessoa se sente “ressuscitada de uma morte emocional”, mas também muito ansiosa e culpada. Entretanto, a autora considera que a diminuição do desejo em casamentos duradouros é uma perda séria. Em sua opinião, a energia erótica é essencial para nosso senso de vitalidade, mas apesar disso somos programados de tal forma que o desejo e o compromisso não parecem coexistir bem. Kipnis é radical em sua conclusão de que, diante da coerção que faz parte da estrutura dos relacionamentos dos casais, um casamento duradouro e feliz que mantém a sexualidade viva é uma impossibilidade. Kipnis é cética sobre a possibilidade do amor duradouro, mas o que ela faz bem é nos convidar a

observar nosso próprio comportamento e considerar como nossas tentativas desesperadas em relação à manutenção da segurança tendem a sair pela culatra. Em nossos esforços para conter as ameaças da independência, da liberdade e da mudança, paradoxalmente criamos uma prisão dos nossos relacionamentos de compromisso, da qual, então, desejamos escapar.

Stephen Mitchell

Em seu livro *Can love last?: the fate of romance over time*², Stephen Mitchell, em um tom bem diferente do de Kipnis, lida com questões semelhantes sobre o que ele considera serem as dificuldades inerentes de se combinar o desejo com o amor duradouro. Ele argumenta: “O romance autêntico é difícil de encontrar e mais difícil ainda de se manter. Ele se degrada facilmente tornando-se algo diferente. Muito menos atraente, muito menos estimulante, tal como um respeito solene ou uma pura diversão sexual, companhia previsível, ou raiva, culpa e autopiedade [...]. O romance prospera na novidade, no mistério e no perigo; ele se dispersa pela familiaridade. O amor duradouro é, portanto, uma contradição em termos” (p. 27).

Mitchell mostra que, historicamente, na maioria das culturas, há uma separação clara entre o doméstico e o erótico. As pessoas se casavam, muitas vezes em casamentos arranjados, com o objetivo de procriar e manter uma vida familiar; desta forma, alcançavam os “direitos” conjugais legais. Eros era reprimido ou procurado em outro lugar. Hoje em dia, com grandes expectativas sobre a sexualidade e o modelo de amor companheiro, desejamos juntar o doméstico e o erótico em uma só pessoa. Ele considera que a reconciliação dessas duas valências não é impossível, mas é difícil e frágil.

Mitchell explica que os seres humanos anseiam tanto por segurança quanto por aventura, tanto pelo familiar quanto pelo novo. Às vezes, perseguimos esses anseios alternadamente; outras vezes, em um delicado equilíbrio entre os dois. Mas por nos puxarem em direções opostas, um equilíbrio entre segurança e aventura pode ser apenas transitório; uma pausa temporária em nossa luta para harmonizar esses desejos contraditórios. “Antes do casamento, casais muitas vezes se consideram livres, brincalhões, aventureiros e espontâneos. No casamento, eles procuram estabilidade e permanência” (p. 50). “A segurança total, a previsibilidade e a uniformidade, permanentemente estabelecidas, rapidamente se tornam limitantes [...]. Por ser ilusória e artificial, a segurança permanente sufoca a vitalidade e gera expressões exuberantes de desafio” (p. 51). “A sexualidade é perfeitamente designada para uma rebelião contra tais contratos, precisamente porque a resposta sexual não pode ser nem comandada nem controlada intencionalmente. A excitação sexual é incontrolável e imprevisível; ela acarreta vulnerabilidade e risco; ela desmascara ilusões de segurança e controle” (p. 51). Em seu artigo “Queer Affairs”, Betsy Kassoff¹⁶ ecoa esse dilema proposto por Mitchell: “Podemos imaginar que, para os gay, é crucial, em nossos relacionamentos duradouros, nos sentirmos seguros e aceitos, devido às histórias de insegurança e vulnerabilidade que cercam nossa identidade. Mas também é imprescindível experimentarmos nosso eu erótico, nosso desejo” (p. 13).

À medida que Mitchell aborda a dialética entre o compromisso e a natureza incontrolável da sexualidade, ele aponta para uma área promissora da pesquisa clínica com casais. O autor afirma que nós lutamos infinitamente para estabelecermos, em nossos casamentos, a segurança, a permanência e a previsibilidade que tínhamos (ou gostaríamos de ter tido) em nossa infância. Mas é exatamente essa busca emocional por um casamento

seguro — como se ele pudesse ser totalmente seguro — que levará a uma perda da espontaneidade e, mais adiante, matará o desejo. Se conseguirmos aceitar que nossa experiência humana está, por sua própria natureza, em fluxo, então talvez possamos ver que são os conceitos estáticos de lar e segurança que são gerados através de atos da nossa imaginação. Mudanças constantes são realmente desestabilizantes, mas é a nossa intolerância e ansiedade em relação à nossa fluidez (e a fluidez do nosso parceiro) que nos leva a rapidamente transformar o desejo em obrigação e nossa casa em prisão. Mitchell argumenta que certas formas de conhecer a outra pessoa acabam sendo coercivas, na medida em que tentamos fixar a multiplicidade do outro em um padrão por demais previsível. Essas formas de conhecimento, dominantes nos relacionamentos longos, têm um forte atrativo, mas inadvertidamente tendem a matar o amor romântico. Portanto, quando o relacionamento do casal se torna previsível, sobrecarregado com negociações, obrigações, responsabilidades, acordos contratuais e demandas, nossa necessidade de liberdade e espontaneidade também se tornam mais imperativas. Isso pode explicar por que casais ficam especialmente vulneráveis a casos extraconjugais durante os anos de criação dos filhos, quando os casamentos, sem o suporte dos familiares e dos laços da comunidade, tendem a se tornar assoberbados. Mitchell argumenta que, quanto mais restrita for nossa construção de casamento e família, maior será a necessidade de se encontrar liberdade em outro lugar. O autor não fala diretamente sobre casos extraconjugais; ele se concentra nas dificuldades de se gerenciar essa divisão entre o previsível e o novo. Está implícito em sua afirmação que, quando administramos mal nossas pulsões contraditórias, reprimindo o desejo, paradoxalmente criamos as condições ideais para transgressões sexuais.

O CONTEXTO: A QUESTÃO DO GÊNERO, DO PODER E O ELEMENTO PURITANO

Gênero e poder

Uma peça que falta nas análises de Kipnis¹ e Mitchell² é o contexto histórico de casamento (e relacionamentos longos) em termos do patriarcado e da desigualdade de poder que existe em todo o mundo há séculos. Afinal, até muito recentemente, a infidelidade era uma prerrogativa absoluta apenas para os homens. Tanto Mitchell quanto Kipnis analisam os problemas do casamento companheiro presumindo poderes iguais para os parceiros. Mas, mesmo com todas as mudanças recentes no papel e na posição das mulheres no mundo, trazidas pela contracepção e pela independência econômica, ainda sofremos com um legado de desigualdade que se aplica à vida emocional de casais dentro da sociedade americana e, certamente, da maioria das outras culturas também.

Foi somente nos últimos 35 anos que algumas mulheres ousaram ser sexualmente livres. Portanto, quando Mitchell e Kipnis falam das nossas pulsões existenciais opostas, em direção à segurança e à liberdade, é seguro supor que as experiências tanto dos homens quanto das mulheres ainda estejam sob a influência das experiências dos nossos pais e avós. Acredito que, apesar de os homens de hoje ainda estarem mais bem preparados para a liberdade, a aventura e a descoberta, as mulheres, por carregarem o legado da impotência de milênios e por ainda serem responsáveis pela maior parte dos encargos dos cuidados em relação à família, ainda precisam se prender mais fortemente à previsibilidade e à segurança. É possível que o seriado de televisão *Sex and the city* tenha feito tanto sucesso

porque aborda essas mudanças muito recentes no comportamento sexual das mulheres, em direção a mais liberdade, aventura e descoberta.

A única questão que tem sido comum a basicamente todas as culturas ao longo do tempo é o duplo padrão de conduta em relação ao sexo extraconjugal. As mulheres eram tradicionalmente consideradas uma propriedade dos homens e, como resultado, tiveram privilégios sociais e direitos legais diferentes, sendo submetidas a padrões morais diferentes, principalmente em relação à sexualidade. Ainda hoje, em culturas patriarcais, os homens nascem com direito de gozar de sua liberdade e seu prazer; as mulheres devem se submeter à sexualidade sem levar em conta o seu prazer e sem muita autoridade. Um famoso tango argentino, *Amablemente (Amavelmente)*, capta o duplo padrão de uma maneira trágica: “Quando a vejo nos braços de outro homem, confiante e sem ficar com raiva, digo a ele: ‘Você pode ir.’ O homem nunca é o culpado nestes casos [...] e, então, dando-lhe pequenos beijos, com muita tranqüilidade, e amavelmente, eu a esfaqueio 34 vezes.”

A antropóloga Suzanne Frayser¹⁷ estudou a sexualidade em 62 culturas, presentes e passadas, e descobriu que, em 26 de 58 sociedades, o marido tinha permissão para fazer sexo extraconjugal, mas a mulher, não. Em metade dessas sociedades, o marido tinha a opção legal de matar sua mulher infiel. Em culturas que permitiam o adultério, nenhuma o aprovava apenas para as mulheres e não para os homens. Algumas culturas definem o adultério de forma diferente para homens e mulheres. Na Lei judaica, por exemplo, ainda está nos livros que uma mulher casada é culpada de adultério se ela tiver relações sexuais com qualquer homem que não o seu marido, enquanto um homem casado só é culpado se fizer sexo com a mulher de outro homem. Ele não é culpado de deslealdade a sua mulher, mas sim de cometer um crime de propriedade contra outro homem. Na Lei muçumana, um homem tem permissão para fazer sexo fora do casamento e para matar ou se divorciar de sua mulher se ela for descoberta fazendo o mesmo. Na Arábia Saudita moderna e em outros países árabes, as mulheres ainda são apedrejadas até a morte por adultério. Isso também acontece em partes da África. No Marrocos, hoje em dia, muitas mulheres que se divorciam dos maridos são rejeitadas pelas famílias e se tornam excluídas e mendigas. Até o fim da década de 1970, no Brasil, homens que eram traídos por suas mulheres podiam matá-las sem conseqüências legais; seus “crimes passionais” eram considerados justificados. Foi somente em 1979 — quando o famoso caso de Ângela Diniz, morta pelo marido por infidelidade, chamou a atenção da mídia o suficiente para lançar um movimento social (com o slogan “Quem ama não mata”) — que essa prática legal mudou no Brasil. Esse movimento mudou as leis e as práticas no país e, atualmente, advogadas mulheres tendem a assumir este tipo de caso.

Também vimos na literatura como mulheres adúlteras são vistas de uma perspectiva muito mais negativa do que homens adúlteros, e são punidas muito mais severamente. Ana Karenina de Tolstoy, Madame Bovary de Flaubert e Hester Prynne de Hawthorne são todas símbolos da punição e da humilhação que se seguia ao adultério cometido por uma mulher. Apesar das mudanças recentes na estrutura do casamento na cultura ocidental, ainda há muitos vestígios de uma diferença de poderes nos casamentos americanos. Um exemplo são os resultados da pesquisa de Laumann e colegas¹⁸ de que, nos Estados Unidos, os homens tendem a se divorciar de suas mulheres por infidelidade com mais freqüência do que as mulheres se divorciam de seus maridos. Ele também demonstra que, no que concerne a se dizer a verdade, as mulheres ainda são punidas mais severamente se desmascaradas; os homens perdoam menos e são mais propensos à vingança e a atos de violência.

As principais motivações para se ter um caso extraconjugal também podem variar de acordo com o sexo. Uma razão principal para os homens terem um caso ainda é o senso de direito, como o homem de meia-idade que, sentindo-se bem-sucedido, deixa sua mulher que está envelhecendo e a troca por uma parceira mais nova (uma “esposa troféu”), ou o mulherengo, cuja auto-estima se baseia no número de suas conquistas. Para as mulheres terem um caso, a motivação tende a ser mais relacionada a ideais românticos ou a decepções com seus acordos no casamento, ou ainda a uma rebeldia ligada a uma sensação de constrição, associada aos encargos da domesticidade.

O elemento puritano

Além dos duplos padrões encontrados em todo o mundo, a cultura americana também tem a tradição puritana. Apesar de o adultério ainda ter conseqüências piores para as mulheres do que para os homens, dentro da tradição puritana, a monogamia é um ideal e a infidelidade é considerada uma corrupção moral tanto para homens quanto para mulheres. O que é confuso sobre a sociedade americana hoje é que, embora seja uma cultura hipersexualizada, quando se trata de infidelidade, ainda há fortes bases puritanas. Como vimos com a provação de Clinton, o indivíduo que tem um caso extraconjugal é visto como corrupto moralmente e é imediatamente condenado.

Em um estudo empírico sobre atitudes sexuais na França e nos Estados Unidos, Abigail Saguy¹⁹ demonstrou que os franceses são significativamente mais tolerantes à infidelidade do que os americanos. Ela dá o exemplo das reações públicas ao ex-presidente François Mitterand em comparação às reações americanas a Bill Clinton. Antes de falecer, em janeiro de 1996, Mitterand fez planos meticulosos para seu funeral. Era de sua vontade que suas duas famílias estivessem presentes: sua mulher oficial com seus dois filhos, e sua amante com sua filha. A imprensa francesa cobriu o evento com neutralidade ou aprovação. Danielle Mitterand defendeu o relacionamento extraconjugal do marido. Disse em uma entrevista: “Sim, me casei com um sedutor. Eu tinha que fazer dar certo. Faz parte da vida. Que mulher pode dizer ‘Eu nunca fui traída’ ou que nunca traiu na vida?”. Diferentemente, quando Bill Clinton foi acusado de ter um caso com Jennifer Flowers, ele e Hillary tentaram parar a polêmica se apresentando como um casal empático que resolvia junto os seus problemas. A estratégia dele consistia em pedir perdão pela infidelidade, um comportamento amplamente condenado.

É importante mostrar que essa atitude na França (e em outras culturas latinas e européias) não significa que há apoio nem aprovação, mas significa, sim, que há premissas culturais diferentes. Como venho discutindo, na cultura americana, os casos extraconjugais são vistos como um sinal de corrupção moral. Em outras culturas, mesmo havendo o reconhecimento de que casos podem causar estragos e envolver mentiras e traição, eles significam algo diferente. Podem significar amar mais do que uma pessoa ao mesmo tempo, ou uma complementação do casamento com romance, paixão, sexualidade ou autonomia. Fora dos Estados Unidos, — na Europa, América Latina e até na Índia — triângulos amorosos são aceitos como um doloroso, mas ainda assim, dilema humano que cerca o amor e a sexualidade. Nunca é apenas uma questão moral, uma doença ou um trauma. No filme indiano *Um casamento à indiana*, o caso da noiva causa raiva ao noivo, mas também aumenta seu desejo, porque ele vê que está se casando com uma mulher que pode ser ardente. Sempre achei interessante o fato de a cultura americana ter grande tolerância ao divórcio — em que acontece uma total quebra da ligação de lealdade e traz

efeitos dolorosos para toda a família — mas ser uma cultura sem tolerância alguma à infidelidade sexual.

O centro da questão: novas premissas

O que Stephen Mitchell² e Laura Kipnis¹ me oferecem como terapeuta de casais é um novo conjunto de premissas e idéias, no qual posso me basear para abordar o casal com um novo foco e alguns novos parâmetros para a situação clínica.

Como recapitulei, Kipnis e Mitchell sugerem que o amor romântico é contraditório; queremos a segurança e a permanência do compromisso ao mesmo tempo em que ansiamos novidade, aventura e liberdade. É em meio a este desafio para harmonizar nossos desejos conflitantes e administrar os dilemas do amor que os casos extraconjugais tendem a acontecer. Ao atribuímos valores e significados morais a esses desejos inerentes, tais significados vão guiar a forma como lidamos, bem ou mal, com nossas situações amorosas. Ao longo da história, o desejo tem sido considerado pela Igreja Católica como uma fonte de perigo a ser reprimida e contida. Por outro lado, desde o final da década de 1960, as culturas ocidentais começaram a supervalorizar o desejo como uma fonte de vitalidade. Hoje, o desejo é uma idéia dominante na cultura popular, e a mensagem principal é a de que devemos aceitá-lo.

Um dos maiores valores das premissas sugeridas por Kipnis e Mitchell é que elas não são específicas de uma cultura; elas são apresentadas como estando relacionadas a um aspecto universal da nossa condição humana e, portanto, podem ser a base do trabalho clínico feito em culturas diversas. Kipnis e Mitchell nos ajudam a separar os dilemas humanos dos determinados valores e crenças morais que atribuímos a eles e, assim, nos ajudam a reconhecer que esses significados imputados variam de acordo com a época histórica, a religião, a cultura, a subcultura, o gênero e, finalmente, de indivíduo para indivíduo. Apesar do enquadre do trauma da traição muitas vezes sugerir uma avaliação moral implícita dos parceiros — um é o perpetrador do trauma, o outro é a vítima —, nesta visão existencial apresentada aqui, fica mais fácil para o terapeuta transcender o debate moral e basear seu entendimento na fragilidade específica do casal e na sua maneira particular de integrar as questões de autonomia e de obrigação em sua vida.

Kipnis e Mitchell também identificam uma ansiedade básica que temos em relação à independência. A partir dessa ansiedade, criamos pressões coercivas sutis, e não tão sutis, em cima dos nossos parceiros, e essas pressões — uma falha fundamental na estrutura do casamento — estão relacionadas à perda do desejo. Eles nos pedem para considerarmos como, em nossa ênfase pós-feminista no aspecto relacional, podemos acabar tendo expectativas excessivas de segurança e compromisso por parte de nossos parceiros. Ao esperarmos tanto, podemos estar inadvertidamente sufocando nossas igualmente legítimas necessidades de autonomia e privacidade. Um ponto semelhante é levantado por Welter-Enderlin¹⁵, que explica como os casais americanos, através de sua “reivindicação de total transparência e infinita atenção, perdem a paixão” (p. 50). Kipnis e Mitchell nos lembram de que o desejo, assim como a fome e o sono, não é controlado, forçado ou simplesmente negociado; ele surge em um contexto de condições propícias. Apesar de Kipnis ser cética em relação ao destino dos relacionamentos longos, por acreditar que os aspectos coercivos do compromisso sempre anularão a independência necessária para a paixão, Mitchell é um pouco mais otimista. Entretanto, ele nos avisa que o amor duradouro é frágil e difícil de ser mantido com o tempo.

Acredito que é essa fragilidade do amor e as dificuldades que temos de manter o desejo em relacionamentos longos que precisam ser o foco da terapia de casais, principalmente em situações em que casos extraconjugais são parte do drama do casal. Assim como Mitchell, acredito ser possível casais reconciliarem compromisso e desejo nos relacionamentos longos, mas somente quando eles são capazes de criar um contexto para o desejo prosperar, mesmo que apenas intermitentemente. Esse contexto deve incluir o delicado equilíbrio entre independência e a obrigação, responsabilidade e liberdade, transparência e mistério. Como terapeuta, meu trabalho é ajudar casais a descobrir o equilíbrio que funciona para eles. Independência, privacidade e mistério não precisam ser palavras sujas dentro de relacionamentos; para muitos casais, esses são exatamente os ingredientes que necessitam para cultivar e manter a paixão.

Ao lidar com o desejo, Kipnis e Mitchell nos lembram da antiga perspectiva freudiana: quanto maior a repressão, maior a atuação. Quanto mais pressionado e restrito for o relacionamento, mais desejo de rebeldia e de escape vai existir. Não é de se surpreender que os estados mais conservadores republicanos que votaram pelos valores morais tradicionais nas últimas eleições presidenciais americanas são os mesmos que têm o maior número de divórcios, maior audiência para o programa de televisão sexualmente transgressivo, como *Desperate housewives*, e um crescente número de clubes de *swing*. Há alguns anos a revista *Newsweek*** publicou que, apesar da tendência conservadora em relação à primazia do casamento na sociedade americana, a infidelidade, principalmente entre as mulheres, continuava a crescer.

SINCERIDADE, TRANSPARÊNCIA E A CONDUÇÃO DA TERAPIA DE CASAIS

Transparência e intimidade

A maior parte da literatura americana sobre infidelidade traz uma visão monolítica e culturalmente limitada do que constitui a intimidade: sinceridade, transparência e conversas sobre sentimentos. Esse significado funciona bem na cultura da classe média moderna americana; para muitos casais, para as mulheres em especial, a transparência e a segurança são realmente consideradas essenciais para uma conexão sexual satisfatória. No entanto, esse sentido não é necessariamente o principal em outras culturas ou para todos os casais. Se definirmos intimidade como o dicionário Webster's a define — como “o mais privado e pessoal” ou o “muito próximo e familiar” —, então, intimidade vai significar coisas diferentes, dependendo da pessoa a quem se perguntar. Diferentes culturas e subculturas, e até mesmo diferentes casais, terão suas próprias idéias em relação ao que consideram “os significados mais pessoais e privados”. Lyman Wynne²⁰ destaca que a intimidade é uma experiência relacional subjetiva, que acontece de formas verbais e não-verbais, e em campos diversos. Enquanto para um casal a experiência de intimidade pode estar ligada a um compartilhamento do trabalho intelectual, para outro, pode estar relacionada à sexualidade ou à experiência da criação dos filhos. Em uma família de imigrantes, o sentimento de intimidade pode ter a ver com a solidariedade do casal em sua busca conjunta por uma vida nova; para outro casal, a intimidade pode ser baseada no quão generosos eles podem ser um com o outro. No Brasil, a intimidade muitas vezes é associada

** ALI, L.; MILLER, L. The secret lives of wives. *Newsweek*, July 12, 2004.

a processos não-verbais de carinho, favores recíprocos, afeto físico, brincadeiras e prazer sexual e não-sexual. O campo da intimidade também varia de acordo com os estágios do ciclo da vida. Para muitos casais jovens, o erótico é uma base importante para a intimidade e suas regras tendem a ser muito diferentes daquelas da esfera verbal. Em seu artigo *Erotic Intelligence*⁵, Esther Perel afirma que “terapeutas geralmente encorajam os pacientes a ‘conhecer seus parceiros a fundo’. Mas muitas vezes digo aos meus pacientes que ‘conhecer não é tudo’ [...]. O erotismo pode derivar seu prazer poderoso do fascínio pelo secreto, o misterioso, o sugestivo” (p. 27). Apesar de a transparência e o dizer a verdade serem altamente valorizados em uma população terapeuticamente treinada dos Estados Unidos, em muitas culturas e subculturas, a sinceridade é uma questão relativa, um valor entre outros. Uma pessoa pode querer ser sincera, mas no contexto de outras forças emocionais concorrentes, acaba escolhendo não ser transparente para não humilhar ou envergonhar a outra pessoa. Em muitas culturas, como em algumas da África, da América Latina e da Europa, muitas vezes, existe a idéia de que a verdade pode machucar, às vezes, de forma irreversível. Ao considerar se conta ou não a verdade, uma pessoa deve ter em mente qual é o sentido de tal revelação, e quais são suas possíveis conseqüências. Esse valor absoluto de sinceridade é uma característica da cultura americana. Em outras culturas, evitar o confronto, manter a informação para si e até mentir são, às vezes, formas compreensíveis de proteger a si próprio, o parceiro ou o relacionamento, e também de controlar os danos. Tomemos como exemplo Sebastian, um músico de 57 anos cujo trabalho de uma vida se estabeleceu nos últimos dez anos. Sua mulher Martha desenvolveu Mal de Parkinson e piorou rapidamente. Ela foi hospitalizada várias vezes e, recentemente, ficou acamada. Durante a doença de sua mulher, Sebastian se apaixonou por Ana e vem mantendo um caso com ela nos últimos cinco anos. Sebastian ama sua mulher e, com a ajuda de uma enfermeira, é seu maior cuidador. Em momento algum, ele considerou deixá-la; seria desumano. Contar sobre o caso também está fora de questão. Então, Sebastian e Ana continuam mantendo seu relacionamento em segredo, concordando que esta é a solução mais razoável e generosa por enquanto.

Transparência como uma dimensão da terapia de casais

Ligada a essa idéia de que a sinceridade absoluta é essencial para a intimidade está a exigência no campo da terapia familiar de que a revelação da infidelidade é um passo inegociável na terapia de casais. Especialistas em infidelidade têm diferentes idéias em relação a quanto deve ser dito, mas a maioria acredita que é essencial para quem teve o caso contar e revelar os detalhes ao parceiro^{7,9,10,12}. Essa regra geral não leva em conta a pesquisa que, para as mulheres em especial, dizer a verdade pode ter conseqüências irreversíveis, inclusive o divórcio e outros atos graves de retaliação, tal como violência e até assassinato¹⁸.

Um produto dessa regra é a suposição de que é antiterapêutico, e até mesmo antiético, um terapeuta de casais guardar segredos. Como descrevi acima, a forma convencional de trabalho tem sido a de, se um caso é revelado em uma sessão individual, o terapeuta deve encorajar a revelação em uma sessão conjunta e, depois, deve ajudar o casal a superar as conseqüências dessa intervenção (isto é, superar o trauma terapeuticamente induzido). A crença aqui é a de que a intimidade supostamente surge a partir da revelação do caso e da superação do trauma. Se um indivíduo se recusa a seguir a prescrição do

terapeuta, espera-se profissionalmente que o terapeuta termine a terapia de casal e indique os parceiros a terapeutas individuais. Parece-me claro que este princípio é problemático. Em primeiro lugar, ele não respeita a autodeterminação. Além disso, se o indivíduo não quer seguir a prescrição do terapeuta, o casal é abandonado e deixado em uma posição vulnerável, sem ninguém para proporcionar um lugar seguro, exatamente quando o casal mais precisa. Essa regra tem sua origem na história da terapia de família, em que a triangulação foi sempre vista como um grande perigo, supostamente tornando o terapeuta incapacitado. Contudo, acredito que uma postura rígida em relação à confidencialidade é um perigo muito maior do que a triangulação. Uma política de segredo-zero mantém o terapeuta refém, impossibilitado de ajudar no que talvez seja um dos momentos mais críticos do relacionamento de um casal.

Outra regra relacionada é a noção de que a terapia de casais deve ser interrompida se o parceiro que tem o caso não terminá-lo imediatamente. Em minha opinião, esta regra também é potencialmente coerciva, fazendo o terapeuta, mais uma vez, pressionar ou abandonar o casal. É como dizer a uma paciente bulímica que você não pode continuar a tratá-la a menos que ela pare de comer compulsivamente, antes dela estar pronta para fazê-lo.

ADMINISTRANDO CASOS EXTRACONJUGAIS NA TERAPIA DE CASAIS

Se estou convencida das premissas discutidas neste artigo e sou capaz de lidar com as ambigüidades engendradas por segredos, sem ter que declarar: “sempre conte” ou “nunca conte”²¹, então, preciso considerar cuidadosamente as maneiras com as quais vou conduzir o processo terapêutico. Primeiro preciso organizar a terapia de modo que eu tenha a flexibilidade de combinar sessões individuais e conjuntas. Segundo, preciso apresentar ao casal uma política clara de confidencialidade que respeite a privacidade dos indivíduos e permita a cada um compartilhar comigo o que está acontecendo, sem que se sintam pressionados. Neste modelo de trabalho, a terapia se torna o lugar onde o indivíduo que tem um caso está livre para refletir sobre as suas opções de contar, não contar ou como contar. Essa análise só pode acontecer se o cliente se sentir respeitado em sua própria decisão de contar, esperar ou continuar em silêncio²¹.

Trabalhando com o caso revelado

O impacto da revelação de um caso é geralmente arrasador. Portanto, a dor e os sentimentos do parceiro que acaba de descobrir inevitavelmente se tornam o foco terapêutico principal, pelo menos por um tempo. Quando um caso é descoberto ou revelado, ele deixa de ser uma questão particular e se torna um domínio de ambos os parceiros — e, em geral, leva o casal a uma grande crise. A crise pode ser produtiva se levar o casal a reconhecer que existem problemas no relacionamento e fazer com que eles se concentrem em tais problemas, ou se levar a um melhor entendimento das questões que não haviam sido abordadas adequadamente. Ela também é útil se levar o parceiro que tem o caso a terminá-lo e se concentrar na reparação do dano, reconstruindo a confiança e focalizando no interior do casamento. Entretanto, é importante ter em mente que, às vezes, a revelação de um caso é destrutiva. Pode levar a um desespero inconsolável, o rompimento do relacionamento, violência e, em casos extremos, morte por suicídio ou homicídio.

Trabalhando com o caso secreto

Quando um parceiro revela um caso ao terapeuta em uma sessão individual, mas não está inclinado a revelá-lo ao parceiro, o processo terapêutico deve mudar para incluir um período de sessões individuais. Às vezes, faz sentido atender os dois parceiros individualmente por um tempo e, às vezes, é mais útil trabalhar mais com o paciente com o dilema. Tudo depende do que lhes interessa fazer e de quais são as pressões. Este processo de trabalho individual certamente incluirá uma discussão dos prós e os contras de uma revelação — considerando, quando e como contar, ou como o indivíduo vai proceder em caso decida não revelar. Esse trabalho individual também deve incluir uma análise dos possíveis significados do caso e o que ele pode ou não dizer sobre o relacionamento do casal. Eu geralmente ajudo o indivíduo a traduzir questões reveladas pelo caso em questões que sejam relevantes para a relação principal, e encorajo o indivíduo a trazer tais questões para as sessões conjuntas. Basicamente, estas sessões individuais são um lugar para o indivíduo decidir o que fazer em relação ao caso e como proceder com a relação principal. Quando também tenho sessões individuais com o outro parceiro, o foco geralmente é em necessidades que não estão sendo satisfeitas no relacionamento do casal, reclamações mútuas ou estratégias de como fortalecer a união dos dois. Se o indivíduo tem suspeitas, eu exploro a possibilidade de se falar sobre o assunto com o parceiro. O foco geral com o casal é o que pode ser fortalecido, melhorado ou trazido para a intimidade deles, incluindo novas formas de conexão emocional e sexualidade. Muitos especialistas em infidelidade gostam de dizer que casos extraconjugais nada têm a ver com sexo. Talvez, não tenham a ver somente com sexo, mas certamente têm a ver com o desejo. Como terapeutas, acredito que precisamos tentar entender o que pode despertar o desejo para os dois parceiros, e como sustentá-lo dentro da relação. Um caso não-revelado e não-descoberto, mesmo quando tem reverberações no relacionamento do casal, pode continuar sendo uma questão particular e pode não ameaçar a sobrevivência do casamento³.

O indivíduo paga um preço por manter o caso em segredo e um preço se o segredo é revelado. Pelo lado negativo, manter um segredo envolve manter uma distância e carregar o fardo e a tensão do não-compartilhamento. Quem tem o caso tem que lidar com o fato de se sentir dividido e culpado por ter que mentir. O parceiro pode sentir confuso por causa de indicações sutis (ou não tão sutis) de que algo está errado, sem ter toda a informação. Pelo lado positivo, manter o caso em segredo pode controlar o dano, protegendo o parceiro de ter que lidar com sentimentos de rejeição e traição. As sessões conjuntas podem se concentrar no relacionamento do casal sem serem distraídas pelos detalhes do caso extraconjugal. Um resultado possível é que, quando o relacionamento do casal for abordado e fortalecido, o caso perde importância e é abandonado mais facilmente. Há também os casos em que, não importa quanta evidência existe, o parceiro não quer saber, não quer falar sobre o assunto explicitamente ou não quer ouvir os detalhes. Este tipo de escolha é bem ilustrado no filme *O dentista*, em que o protagonista escolhe não falar abertamente sobre o caso que sua mulher está obviamente tendo, esperando que ao lhe dar um tempo e um espaço ela vai poder refletir e eventualmente terminá-lo.

Conclusões

Trabalhar com casos de infidelidade demanda que o terapeuta entre na situação clínica com a mente aberta e uma postura flexível. A união do trabalho de Brown^{9,10},

Lusterman¹¹, Abrams Spring⁸ e Reibstein e Richards³ às premissas básicas sugeridas por Kipnis¹ e Mitchell² pode dar ao terapeuta um enquadre geral e amplo a partir do qual ele pode explorar o significado de um caso, e se e como ele está ligado ao relacionamento do casal. O terapeuta também deve ser capaz de lidar com muita ambigüidade. Sua posição é realmente delicada, porque cada parceiro tem uma perspectiva muito diferente, e ambas têm que ser totalmente reconhecidas e compreendidas. É um desafio para o terapeuta legitimar as posições dos dois parceiros, particularmente frente à dor e ao dano que um caso pode acarretar. Todavia, é esta posição dualista do terapeuta “de ver os dois lados” — com empatia pelo forte impacto que um caso pode ter em um parceiro e empatia pelo desejo daquele que está tendo o caso — que vai promover o ambiente de segurança necessário para o casal neste momento crítico de suas vidas. Ao trabalhar com casos extraconjugais, a sobrevivência do relacionamento do casal, muitas vezes, está em questão. O terapeuta é essencial para transmitir ao casal esperança de que eles vão conseguir encontrar uma solução²², e para criar um processo construtivo e seguro para a reflexão e a tomada de decisões. O terapeuta também deve ajudar o casal a recriar uma atmosfera na qual o amor e o desejo tenham chance de renascer. Isso pode incluir negociações e adaptações mútuas, mas, acima de tudo, envolve estimular, no relacionamento do casal, um clima de generosidade, de prazer mútuo e de aceitação um do outro como indivíduos independentes e fluidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. KIPNIS, L. *Against love: a polemic*. New York: Pantheon Books, 2003.
2. MITCHELL, S. *Can love last?: the fate of romance over time*. New York: Norton, 2002.
3. REIBSTEIN, J.; RICHARDS, M. *Sexual arrangements: marriage and the temptation of infidelity*. New York: Scribner's, 1993.
4. HERMAN, J.L. *Trauma and recovery*. New York: Basic Books, 1992.
5. PEREL, E. Erotic intelligence: reconciling sensuality and domesticity. *Psychotherapy Networker*, May/June 2003.
6. GREENAN, D.E.; TUNNELL, G. *Couple therapy with gay men*. New York: Guilford Press, 2003.
7. PITTMAN, F. *Private lies: infidelity and the betrayal of intimacy*. New York: Norton, 1989.
8. ABRAMS SPRING, J. *After the affair: Healing the pain and rebuilding trust when a partner has been unfaithful*. New York: HarperCollins, 1996.
9. BROWN, E. *Patterns of infidelity and their treatment*. New York: Brunner/Mazel, 1991.
10. BROWN, E. *Affairs: a guide to working through the repercussions of infidelity*. San Francisco: Jossey-Bass, 1999.
11. LUSTERMAN, D.-D. *Infidelity: a survival guide*. Oakland, CA: New Harbinger, 1998.
12. GLASS, S. *Not "just friends": protect your relationship from infidelity and heal the trauma of betrayal*. New York: Free Press, 2003.
13. GORDON, C.K., BAUCOM, D.H., SNYDER, D.K. An integrative intervention for promoting recovery from extramarital affairs. *Journal of Marital and Family Therapy*, 30(2), 213–231, 2004.

14. WEIL, S.M. The extramarital affair: a language of yearning and loss. *Clinical Social Work Journal*, 31, 51–62, 2003.
15. WELTER-ENDERLIN, R. *Secrets of couples and couples therapy*. In E. Imber-Black (Ed.), *Secrets in families and Family Therapy* (pp. 48–65). New York: Norton, 1993.
16. KASSOFF, B. Queer affairs. *In the Family: The Magazine for Queer People and Their Loved Ones*, 9(2), 8–13, 2003.
17. FRAYSER, S. *Varieties of sexual experience: An anthropological perspective*. New Haven, CT: HRAF Press, 1985.
18. LAUMANN, E.O., GAGNON, J.H., MICHAEL, R.T., MICHAELS, S. *The social organization of sexuality: sexual practices in the United States*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
19. SAGUY, A.C. *Puritanism and promiscuity?: sexual attitudes in France and the United States*. Unpublished paper presented at the 1997 meetings of Eastern Sociological Society, Department of Sociology, Princeton University, Princeton, NJ, 1997.
20. WYNNE, L. The quest for intimacy. *Journal of Marital and Family Therapy*, 12, 383–394, 1986.
21. IMBER-BLACK, E., (Ed.). *The secret lives of families: truth telling, privacy, and reconciliation in a tell-all society*. New York: Bantam Books, 1998.
22. SCHEINKMAN, M., FISHBANE, M. The vulnerability cycle: working with impasses in couple therapy. *Family Process*, 43, 279–299, 2004.